

Ipea prevê crescimento de 1% em 99

Vera Saavedra Durão
do Rio

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) reviu sua previsão de taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 1% este ano. O dado foi divulgado ontem na Carta de Conjuntura de setembro. A estimativa anterior era de um crescimento da economia de 1,9% até dezembro.

O economista Paulo Levy, responsável pela publicação, atribui a redução da taxa de crescimento da economia brasileira à alta dos juros definida pelo governo após a moratória russa para defender-se de um ataque especulativo.

O setor industrial será o mais prejudicado com a estagnação da atividade econômica e as incertezas deste trimestre. A indústria em geral deverá fechar 1998 com uma expansão de 0,4%, enquanto a indústria de transformação deverá cair 1,7%.

O Ipea prevê um crescimento de 1% para o PIB/Brasil em 1999, igual à taxa deste ano. Levy não desenha ainda um cenário de recessão para o próximo ano, mesmo ciente de que o governo prepara um programa de ajuste fiscal "forte e consistente".

Na ótica de Levy, um corte nos gastos públicos não levará necessariamente o País a uma recessão profunda. "Prefiro trabalhar com a

Produto Interno Bruto

Taxa de variação acumulada no ano (em %)

PIB e setores de atividades	Observado		Estimado		Previsto	
	1997	1997	1998	1998	1998	1998
PIB	3,5	3,2	1,2	1,4	1,1	1,0
Agropecuário	1,8	1,9	-1,1	0,4	0,5	-0,8
Lavouras	3,0	2,8	-4,4	-1,0	-0,3	-1,7
Produção animal	-0,9	-0,1	5,2	4,2	2,7	1,0
Indústria	6,3	5,5	1,6	1,5	0,8	0,4
Transformação*	5,3	4,1	-0,9	-0,9	-1,7	-1,7
Construção civil	8,5	8,5	5,3	4,8	3,8	3,1
Demais	6,5	6,4	6,4	7,8	8,1	7,4
Serviços	2,1	2,0	1,3	1,5	1,4	1,6
Comércio	2,3	1,7	1,6	1,3	0,4	0,5
Transporte	3,6	4,5	8,3	6,9	6,7	4,2
Demais	1,0	0,5	0,5	0,9	1,2	1,9

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIPES. * Segundo Indicador IPEA de Agosto

perspectiva de uma continuidade de desaceleração do crescimento econômico por conta dos altos juros."

Na sua avaliação, a decisão oficial de subir os juros a patamares próximos de 50% não poderá perdurar muito tempo. Sua perspectiva é de que os juros comecem a cair gradualmente a partir de novembro, tão logo o governo obtenha um socorro externo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). "Taxas de juros

elevadas por um período longo implicariam colocar a dívida pública brasileira em trajetória explosiva", alerta o economista.

O Ipea calcula que, para manter a relação dívida/PIB em um nível próximo ou inferior a 40% nos próximos três anos (período previsto para execução do ajuste fiscal), o governo terá de cortar gastos para gerar superávits primários "expressivos" no curto prazo entre 2,5% e 3% do

PIB. "Com isso, seria possível reverter o crescimento acelerado da dívida pública este ano, alavancada pelos juros estratosféricos".

Levy considera viável o governo alcançar um superávit primário de 2,5% do PIB em 1999. Boa parte (o equivalente a 2% do PIB) dessa performance seria conseguida com redução de despesas do governo federal e o restante dos governos estaduais e municipais.

No editorial da Carta, o Ipea destaca a redução de 0,25% na taxa básica dos juros dos Fed Funds do Federal Reserve Bank (Fed) como um importante sinal de que essa autoridade monetária não deve permitir que a crise financeira degenerem em retração generalizada da atividade econômica. "Mas a tensão e a desconfiança ainda permanecem elevadas no mundo", alerta a Carta, defendendo a necessidade de reforçar a posição financeira dos organismos multilaterais de modo a permitir-lhes atuar preventivamente, "antes que a pressão sobre determinados países se torne irreversível".

No Brasil, o Ipea destaca como importante nesse cenário conturbado a decisão do governo de se adaptar à nova realidade financeira internacional "em que a aversão ao risco vai reduzir o fluxo de recursos para os países emergentes".